

DATA LUTA



BOLETIM DATA LUTA

Uma publicação do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA.
Presidente Prudente, outubro de 2012, número 58. ISSN 2177-4463.

www.fct.unesp.br/nera

ARTIGO DATA LUTA

Os (des)caminhos da estrutura fundiária e reforma agrária em Sergipe (1992–2011)

ARTIGO DO MÊS

O movimento étnico-socioterritorial Guarani e Kaiowa em Mato Grosso do Sul: atuação do Estado, impasses e dilemas para demarcação de Terras Indígenas

www.fct.unesp.br/nera/artigodomes.php

EVENTOS

XIII Jornada do Trabalho – CEGeT

UNESP/Presidente Prudente – São Paulo, 09 a 12 de outubro de 2012.

XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária - ENGA

UFU/Uberlândia – Minas Gerais, 15 a 19 de outubro de 2012.

I Jornada de Camponês a Camponês: Agroecologia e Soberania Alimentar

UFS/São Cristóvão – Sergipe, 11 a 13 de outubro de 2012.

PUBLICAÇÕES E VÍDEOS

São Paulo Agrário: representações das disputas territoriais entre camponeses e ruralistas de 1988 a 2009.
Autor: Tiago Egídio Avanço Cubas.



Dissertação de mestrado elaborada junto ao Programa de Pós-graduação em Geografia – área de Produção do Espaço Geográfico, linha de pesquisa Estudos Rurais e Movimentos Sociais, da Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT, campus de Presidente Prudente. A luta *pela* terra e *na* terra são parte fundamental da estratégia camponesa de resistência, (re)produção e (re)criação dos seus territórios. Os conflitos são expressões da conflitualidade inerente nas contradições da estrutura fundiária do Brasil. O estado de São Paulo, dado a presença das sedes dos grandes veículos da mídia nacional, como *O Estado de S. Paulo* e a *Folha de S. Paulo*, se torna um território interessante para análise. A luta pelo poder e pelo poder dizer – o discurso, a ideologia, os signos e símbolos – fazem parte de um processo de *des-re-territorialização*, que deve ser apresentado criticamente também em forma de mapa.

Vídeo: Saberes da Terra - Projovem Campo MS

Realização: Faculdade de Ciências Humanas/Universidade Federal da Grande Dourados (FCH/UFGD)



Sobre o tema da educação para Jovens e Adultos no Campo, o vídeo retrata a experiência do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem Campo) - Saberes da Terra do Mato Grosso do Sul. Realizado em dezembro de 2011, em Terras Indígenas, assentamentos da reforma agrária e comunidades ribeirinhas, relata uma experiência bem sucedida de ensino, pesquisa e extensão da FCH/UFGD em parceria com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (MEC/SECAD), Secretaria do Estado e Educação.

Para ver: <http://www.youtube.com/watch?v=aVUOuLcKX9U&feature=youtu.be>

APOIO

Elaboração: Danilo V. Pereira (bolsista FAPESP) Ananda R. F. de Souza (bolsista Ciência na UNESP) e Rafael de O. C. Santos (bolsista CAPES). Revisão/Publicação: Rubens dos S. R. Souza (bolsista FAPESP), José Sobreiro Filho (bolsista FAPESP) e Tiago Egídio Avanço Cubas. Coordenação: Rodrigo Simão Camacho (bolsista FAPESP) e Juliana Grasiéli Bueno Mota (bolsista CAPES).

Leia outros números do BOLETIM DATA LUTA em www.fct.unesp.br/nera

OS (DES)CAMINHOS DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA E REFORMA AGRÁRIA EM SERGIPE (1992-2011)

Eraldo da Silva Ramos Filho

Docente dos cursos de graduação e pós-graduação em Geografia
Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Coordenador do Laboratório de Estudos Rurais e Urbanos (LABERUR/UFS)

Pesquisador do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA)

eramosfilho@pq.cnpq.br

A IMPLANTAÇÃO DO DATALUTA SERGIPE

Em Sergipe, o DATALUTA vem sendo construído desde 2010 no Laboratório de Estudos Rurais e Urbanos (LABERUR), vinculado ao Departamento de Geografia da Universidade Federal de Sergipe, onde conta com financiamento da Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe (FAPITEC) e bolsas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Extensão Universitária, da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários.

O DATALUTA Sergipe realiza registros e análises a partir das categorias: manifestações, ocupações de terras, movimentos socioterritoriais, assentamentos de reforma agrária, estrutura fundiária e reforma agrária de mercado. Como fontes de informações adotam-se os periódicos locais: Jornal da Cidade e Correio de Sergipe, ademais de dados levantados junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCR) e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Este projeto de pesquisa e extensão universitária vem suprir uma lacuna existente no levantamento, registro, monitoramento, análise e disponibilização de informações da conjuntura agrária estadual. Além de publicar os relatórios anuais¹, o DATALUTA Sergipe contribui para a preservação da memória da luta pela terra e das lutas dos trabalhadores, através do DATALUTA Jornal Sergipe que preserva todas as matérias jornalísticas coletadas nos periódicos mencionados acima, no tocante a 73 temas relacionados às lutas por terra, território e trabalho no estado, desde 2010.

Recém-criado, este banco de dados tem sido utilizado como fonte de pesquisa por estudantes e pesquisadores do agrário e para os movimentos socioterritoriais camponeses, constituindo-se em instrumento de análise das disputas territoriais. Mensalmente repassamos para o setor de documentação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) os registros dos temas organizados por esta comissão na publicação dos relatórios Conflitos no Campo Brasil. Esta atividade é de grande relevância uma vez que a CPT há décadas não atua em Sergipe, desde que foi desarticulada em decorrência das imposições dos setores mais conservadores da Igreja Católica.

A AÇÃO DO ESTADO FRENTE AO AGRONEGÓCIO E REFORMA AGRÁRIA EM SERGIPE

O Estado de Sergipe, localizado na região Nordeste do Brasil, com seus 21.910,348 km² é a menor unidade da federação em área territorial e, nas últimas décadas, tem passado pelo processo de intensificação do capital, particularmente no campo, decorrente do avanço das ações dos governos federal

¹ Disponíveis em www.laberur.ufs.br.

Disponível em www.fct.unesp.br/nera

e estadual fundamentadas no paradigma do Novo Mundo Rural que buscam, por um lado, a mitigação da pobreza e, do outro, a expansão do agronegócio.

No tocante ao financiamento da agricultura, no Brasil, o setor capitalista conta com o Plano Agrícola que teve à sua disposição, nos períodos 2007/2008 e 2011/2012, R\$ 422 bilhões. Por sua vez, o setor familiar, que tem suas atividades produtivas financiadas através do Plano Safra, obteve a destinação de R\$ 72 bilhões de reais no mesmo período.

De acordo com o Censo Agropecuário 2006, o setor familiar, apesar de contar com somente 17% do volume de recursos disponibilizados para o crédito agrícola do setor do agronegócio, gera: 74,4% dos empregos no campo; 38% do valor bruto da produção agropecuária e produz os alimentos que compõe a mesa dos brasileiros (87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 21% do trigo, 16% da soja, 58% do leite, 50% das aves, 59% dos suínos, 30% dos bovinos) (MDA, [2007 ?]).

Dentre as medidas do governo estadual destacam-se os incentivos fiscais, creditícios, financeiros e locacionais promovidos pelo Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial (PSDI), endossado pelo Banco do Estado de Sergipe (BANESE), que objetiva atrair grupos empresariais para atuar no agronegócio, introduzir padrões técnicos modernos e produtivistas como a adoção/difusão dos fertilizantes químicos, agrotóxicos, máquinas, equipamentos, reestruturação de unidades agroindustriais, além dos instrumentos para integrar o setor familiar à grande indústria e ao mercado capitalista. Considerando as reconfigurações territoriais que o agronegócio tem provocado em Sergipe, faz-se mister destacar:

a) O setor dos agrocombustíveis sucroalcooleiro reestruturou as unidades agroindustriais transformando antigos alambiques em destilarias, de maneira que hoje operam no estado 6 destilarias, dentre as quais, três destas produzem a própria eletricidade. O domínio territorial dos usineiros que se encontravam em declínio, em princípios dos anos 1990, foi ampliado incorporando terras localizadas na zona da mata, agreste e sertão, fundamentalmente, nos vales dos rios Sergipe, Cotinguiba, Japarutuba e Baixo São Francisco, bem como tem monopolizado a produção nas pequenas e médias unidades familiares e assentamentos de reforma agrária;

b) No segmento dos agrocombustíveis do agrodiesel, a atuação da Petrobrás Biocombustíveis (PBio), apoiada tecnicamente pela Embrapa Tabuleiros Costeiros, difundiu a produção do girassol monopolizando o território camponês para a produção da matéria prima necessária ao agrodiesel. Embora o cultivo da oleaginosa seja consorciado com cultivos alimentares, conforme exigência do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel para concessão da redução dos impostos aos produtores dos combustíveis, tendo em vista o Selo de Combustível Social, o pacote técnico-agrícola, difundido pela PBio, dificulta a adoção por parte dos camponeses de práticas agrícolas de baixo custo e agroecológicas;

c) Há, aproximadamente, 10 anos, a instalação de uma fábrica de papel e celulose no município de Itaporanga D'Ajuda, distante 29 quilômetros ao sul da capital, Aracaju, vem provocando a intensificação do processo de expropriação dos pequenos proprietários para expansão do monocultivo de eucaliptos;

d) No sul do estado verifica-se a monopolização da produção de laranja e cítricos por corporações da indústria de sucos de laranja, como a Cutrale, Frutene, Citrusuco, Louis Dreifus Commodities (LDC) e Citrovita (CONCEIÇÃO, 2012).

Como complemento destas ações, verificam-se nos últimos anos, esforços para expansão das políticas de desenvolvimento territorial, primeiramente, a partir dos territórios da cidadania do governo federal e, mais recentemente, dos territórios de identidade do governo do estado de Sergipe, fundamentados na busca da formação de consensos entre diferentes sujeitos demarcados como integrantes da categoria dos pobres do campo. Realizam-se investimentos na estruturação de arranjos produtivos locais sob o discurso de promoção da inserção produtiva voltada à mitigação da pobreza.

Neste bojo, o Estado tem sido o protagonista na difusão do discurso de uma fase áurea no campo sergipano, na qual a conflitualidade inerente ao desenvolvimento desigual, contraditório e combinado do capitalismo teria sido superada pelo desenvolvimento rural sustentável e pelo progresso técnico obtido com o avanço do agronegócio produtivista. Este discurso atende a classe dos capitalistas e por meio dos instrumentos de Estado busca a universalização da ideologia dominante como se fosse um interesse geral, universal, de toda a sociedade (HARVEY, 2005).

Com o objetivo de garantir a inviolabilidade do monopólio da propriedade privada, difunde-se que não há mais a necessidade de políticas de reforma agrária, principalmente devido a suposta ausência de terras improdutivas e fim da concentração fundiária, já que os grandes latifúndios haviam sido reformados ao longo dos anos 1990 ou sofreram reconversão produtiva. Como solução ao paradoxal e vertiginoso quantitativo de pobres e miseráveis em Sergipe, apontam-se como alternativa as políticas da transferência de renda e a liberdade da venda da força de trabalho nos empreendimentos do agronegócio.

Este discurso influencia intelectuais das instituições de ensino superior, gestores e técnicos de organismos ligados ao desenvolvimento agrário, e até alguns integrantes dos movimentos socioterritoriais se deixam ofuscar por este ardil. Neste contexto, busco neste artigo, a partir da recuperação de dados organizados no DATALUTA Sergipe, perseguir, ainda que preliminarmente, o questionamento: a partir das mudanças da estrutura fundiária há algum sentido falar, defender e exigir a realização de um programa de reforma agrária no estado de Sergipe hoje?

DELIMITAÇÃO CONCEITUAL DE REFORMA AGRÁRIA

O conceito de reforma agrária tem diferentes acepções em cada espaço, momento histórico e setor da sociedade que o define. Portanto, para avançar na pesquisa desta questão, preciso delimitar o que compreendo por reforma agrária. No tocante ao arcabouço jurídico, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 prevê, no seu Capítulo III - Da política agrícola e fundiária e da reforma agrária, artigos 184, 185 e 186, que compete à União desapropriar por interesse social imóvel rural que não esteja cumprindo a função social.

Esta última é compreendida como o atendimento simultâneo, de acordo com determinados critérios e graus determinados em Lei referente ao “aproveitamento racional adequado; utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; observância das disposições que regulam as relações de trabalho; exploração que favoreça o bem-estar do proprietário e dos trabalhadores” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, artigo 186).

Parto do arcabouço jurídico e do diálogo com as obras de estudiosos como Silva (1971) e Borges (1984) de maneira a compreender a reforma agrária como uma política pública de responsabilidade prioritariamente do Estado, cujo objetivo é a execução da alteração da estrutura fundiária, a partir de um Disponível em www.fct.unesp.br/nera

plano, de maneira a desconcentrar a grande propriedade e prover o acesso aos segmentos da sociedade que estão excluídos da terra e aos minifundiários que ocupam parcelas consideradas insuficientes para a promoção do trabalho e moradia dignos.

A reforma agrária deve incluir, para além da redistribuição das terras, uma alteração no regime de controle das águas em favor dos seus beneficiários para que o campesinato tenha mais condições de construção de sua autonomia. Outra dimensão fundamental da reforma agrária é a democrática, ou seja, ela deve buscar o atendimento das reivindicações dos trabalhadores sem terra e suas organizações, bem como, contemplar os minifundiários e suas entidades, permitindo que todos os segmentos do campesinato, envolvidos na reforma agrária, possam participar de todas as etapas do processo, desde sua elaboração, seu planejamento e sua execução.

A mudança na propriedade da terra deve ser acompanhada de transformações nos sistemas agrícolas, priorizando unidades familiares de produção e suas inerentes formas associativas ou de cooperativismo, além da utilização racional dos recursos naturais e da preservação ao meio ambiente. Deste modelo, decorrerá uma diversidade de produtos em quantidade suficiente a garantir, primeiramente, o autoconsumo familiar e a geração de excedentes de qualidade compatível com uma alimentação saudável. O desenvolvimento e/ou fortalecimento da agroindústria camponesa, a preservação e o fortalecimento das práticas e dos valores da cultura camponesa devem ser priorizados na execução de qualquer reforma agrária.

Para que a reforma agrária alcance os efeitos desejados é necessário que seja acompanhada de um conjunto de políticas: políticas agrícolas - crédito e seguro agrícola, assessoria técnica, social e ambiental, comercialização, transporte, tecnologia adequada; políticas psicossociais - moradia, infraestrutura, saúde, educação, cultura e lazer; políticas previdenciárias - sistema previdenciário, segurança pública, proteção ambiental, entre outras.

Neste marco jurídico e teórico, pensar a atualidade da realização de um programa de reforma agrária pressupõe ao menos dois elementos: a) existência de um estoque de terras públicas ou privadas em situação de descumprimento do preceito constitucional da função social; b) a existência de segmentos da sociedade excluídos do acesso à terra e/ou em situação de acesso precário e/ou insuficiente para realização do processo produtivo.

A ESTRUTURA FUNDIÁRIA DE SERGIPE NA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI

De acordo com as estatísticas cadastrais do INCRA, através do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), cujas informações são autodeclaradas pelos proprietários de imóveis rurais ou por seus representantes legais, revela-se que no princípio de 2011, em Sergipe, 82.635 imóveis rurais estavam cadastrados e ocupavam uma área total declarada de 1.832.572 hectares (ha.). Deste universo, as grandes propriedades que configuram 72 imóveis rurais (ou 0,09% do total de imóveis), controlam 7,8% da área cadastrada, num total de 133.361,7 ha., enquanto que, 3.236 imóveis cadastrados (equivalente a 3,96% do total), considerados de dimensão mediana, controlam 748.044,7 ha., o que representa 40,82% da área cadastrada. Por sua vez, os imóveis pequenos que somam 79.327 ou 96% do total declarado, espremem-se em apenas 951.165,7 ha. que representa 51,90 % da área cadastrada. (Tabela 1).

Tabela 1 - Sergipe – Mudanças na estrutura fundiária 1992-2011

Ano	1992		2011	
	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha.)
Menos de 10 ha	23.071	74.977,9	53.257	179.606,2
10 < 100 ha	11.410	354.135,1	26.070	771.559,6
Menos de 100 ha	34.481	429.113	79.327	951.165,7
100 < 1000 ha	1.772	451.251	3.236	748.044,7
Mais de 1000 ha	70	123.308,4	72	133.361,7
Total	36.323	1.003.672	82.635	1.832.572

Obs: Total de imóveis rurais inconsistentes excluídos em 2011: 4.524

Fonte: Sistema Nacional de Cadastro Rural (INCRA); Apuração especial realizada em 07/02/2011; DATALUTA Sergipe 2010 - Banco de Dados de Luta pela Terra, 2012. www.laberur.ufs.br . Org.: Eraldo da Silva Ramos Filho

Não é comum a divulgação dos dados sobre as megapropriedades, sobretudo nas informações contidas nos Censos Agropecuários, particularmente o datado de 2006. Esta é uma vantagem dos dados do SNCR que também possibilitam maior aproximação da realidade a respeito da distribuição da propriedade da terra. Neste contexto, faz-se mister registrar que dos 72 imóveis considerados grandes: 50 imóveis (ou 0,06% do total de imóveis) encontram-se no estrato de área de 1.000 a menos de 2.000 ha e controlam 64.373,82 ha., o equivalente a 3,51% da área cadastrada; 6 fazendas (0,007% dos imóveis) enquadram-se entre 2.000 a menos de 2.500 ha e controlam 12.513,15 ha da área total, ou 0,68%; 15 superfazendas (0,01%) estão no estrato de área compreendida entre 2.500 e menos de 5.000 ha, controlando 50.362,79 ha (2,74% da área); e, por fim, um mega imóvel foi declarado acima de 5.000 ha cujo domínio é de 6.111,9 ha equivalente a 0,33% da área cadastrada. Estes 21 imóveis expressam o domínio de 7,8% do território sergipano pelo capital.

No outro extremo encontramos o estrato das pequenas propriedades controlando a maioria simples da área cadastrada no INCRA. Ao levarmos em consideração que o módulo fiscal em Sergipe varia de acordo com as zonas naturais de 10 a 70 ha. e que o minifúndio mais frequente encontra-se em dimensões inferiores a 70 ha., podemos afirmar que a estrutura fundiária estadual é predominantemente formada por minifúndios. Chama à atenção aqueles imóveis cuja extensão territorial é inferior a 50 ha. (estrato de área possível de ser apreendido no SNCR) somam 91,14% do total ou 75.321 imóveis que se espremam em apenas 36,65% da área cadastrada ou 671.812,70 ha. A exiguidade territorial destes imóveis e sua predominância quanto ao número de imóveis, indubitavelmente, é um dos fatores determinantes da permanência dos cenários da pobreza e fome no campo sergipano, portanto, sinalizando a necessidade de ações do Estado na promoção de reestruturação da propriedade da terra em favor destes sujeitos minifundiários.

Ao analisar o estrato de área que compreende os imóveis rurais medianos, verifica-se que 3,92% do total, equivalente a 3.236 imóveis, corresponde a 748.044,7 ha., o que representa 40,82% do total. Uma análise destes dados, fundada na aparência, pode conduzir às reflexões que ofuscam as contradições da estrutura fundiária sergipana. É preciso considerar que o estrato dos imóveis médios tem sido o refúgio das famílias detentoras de terras, onde a identificação dos detentores legais dos imóveis pode revelar a existência de proprietários que possuem diferentes imóveis médios em um mesmo município ou em

diferentes municípios sergipanos que, quando têm as áreas territoriais somadas, configuram na prática, grandes domínios. Esta tem sido uma tática de mascaramento da concentração e esvaziamento do questionamento do monopólio da terra. Para melhor compreender a essência desta dinâmica político-territorial, faz necessária a análise da evolução da estrutura fundiária entre 1992 – 2011.

AS DINÂMICAS DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA DE SERGIPE (1992-2011)

Em 20 anos, verifica-se um crescimento da área cadastrada da ordem de 828.899,6 ha., o que representa uma variação positiva de 82,60%. Este crescimento inédito da área cadastrada na história agrária de Sergipe decorre, por um lado, da ampliação da área declarada pelos proprietários, principalmente no interstício 1992-1998, período este, de intensificação da luta dos trabalhadores contra os latifúndios, quando foram declarados 322.415 ha. – a maior área no período; bem como da expansão da fronteira agrícola verificada no recuo das matas e áreas agrícolas não utilizadas (Tabela 2).

Tabela 2 - Sergipe - Variação do número de imóveis e área total – 1992-2011

Ano	Nº de imóveis	%	Área total	%
1992	36.323,00		1.003.672,40	
1998	50.765,00	39,76	1.326.087,70	32,12
2003	64.515,00	77,61	1.580.400,30	57,46
2011	82.635,00	127,50	1.832.572,00	82,60

Fonte: Sistema Nacional de Cadastro Rural (INCRA); Apuração especial realizada em 07/02/2011; DATALUTA Sergipe 2010 - Banco de Dados de Luta pela Terra, 2012. www.laberur.ufs.br . Org.: Eraldo da Silva Ramos Filho

Quanto ao número total de imóveis, saltou de 36.323, em 1992, para 82.635 em 2011, o equivalente a uma variação de 127,5% no período (Tabela 1 e 2). Diante deste cenário, podemos inferir que ocorreu no período uma maior pressão (exercida por trabalhadores e pelo capital) sobre a apropriação da terra levando a uma redução da área média do total dos imóveis rurais de 27,63 ha. para 22,13 ha.

Um indicador muito utilizado para calcular a concentração de algum fator é o coeficiente de Gini, que varia de 0 a 1, no qual o resultado 0 é distribuição perfeita e 1 a concentração extrema. Ao calcular o coeficiente de Gini da distribuição da propriedade da terra de Sergipe, no período em foco, verifica-se que, embora ocorra uma leve redução de 0,787, em 1992, para 0,725 em 2011, a estrutura fundiária continua classificada no patamar concentrado (Tabela 3). Para melhor compreender as condições que conduzem a esta realidade faz-se necessário analisar a evolução dos dados por estrato de área conforme as tabelas organizadas a seguir.

Tabela 3 - Sergipe - Evolução do Índice de Gini da propriedade da terra (1992-2011)

Ano	Índice de Gini
1992	0,787
1998	0,788
2003	0,773
2011	0,725

Fonte: Sistema Nacional de Cadastro Rural (INCRA); DATALUTA Sergipe 2010. www.laberur.ufs.br. Org.: Eraldo da Silva Ramos Filho

No intuito de elucidar qual tipo de propriedade se beneficiou com a expansão da área cadastrada em 828.899,6 ha., remeto ao leitor a análise da tabela 4 a seguir, que representa as mudanças na estrutura fundiária a partir da variação relativa do número de imóveis e área cadastrada entre 1992-2011. A primeira observação relevante refere-se ao comportamento do número de imóveis entre 1992 e 2011, no qual todos os estratos de área apresentaram crescimento positivo, sendo o minifúndio, a pequena propriedade em geral e a média propriedade as que mais variaram, respectivamente, na ordem de 130,84%, 130,06% e 82,62%. Por último, verificou-se a variação positiva dos imóveis grandes em apenas 2,86%.

**Tabela 4 – Sergipe – Transformações na estrutura fundiária
Variação do número de imóveis e área cadastrada – 1992-2011**

Estratos de área	Variação do número de imóveis (%)	Variação área cadastrada (%)
Menos de 10 ha.	130,84	139,55
10 < 100 ha.	128,48	117,87
Menos de 100 ha.	130,06	121,66
100 < 1.000 ha.	82,62	65,77
Mais de 1000 ha.	2,86	8,15

Fonte: Sistema Nacional de Cadastro Rural (INCRA); Apuração especial realizada em 07/02/2011; DATALUTA Sergipe 2010 - Banco de Dados de Luta pela Terra, 2012. www.laberur.ufs.br. Org.: Eraldo da Silva Ramos Filho

No tocante às mudanças relacionadas à variação da área cadastrada no interstício 1992-2011, por estratos definidos, constata-se que ocorreu ampliação da área em todos os estratos, sendo que a pequena propriedade foi a que mais cresceu (121,66 %), seguida da média propriedade (65,77%). Contudo, vale observar que o comportamento do estrato da pequena propriedade é impulsionado pelo forte crescimento dos imóveis de dimensão inferior a 10 ha. (139,55%). Note-se ainda a variação positiva da área da grande propriedade em 8,15%.

Apesar da área da grande propriedade ter crescido relativamente em proporções muito menores que os demais estratos de área, vale ressaltar que os números absolutos revelam que em 1992 haviam cadastrados 70 imóveis grandes, que ocupavam 123.308,4 ha. Em 2011, mesmo após as desapropriações de grandes latifúndios para fins de reforma agrária, o número absoluto dos grandes imóveis cresceu para 72, ocupando 133.361,7 ha., o equivalente a um crescimento de 10.053,3 ha.

Outra dinâmica territorial frequente no estado de Sergipe, que pode ser um dos fatores responsáveis por este crescimento implícito dos grandes imóveis e forte crescimento da área e número de imóveis médios, tem sido o parcelamento de uma grande propriedade para criação de vários imóveis de tamanho médio, cujos proprietários legais passam a ser os próprios membros da família do grande proprietário (esposa, filhos, netos, sobrinhos, etc.).

Esta ardileza tem o objetivo de impedir o avanço da reforma agrária, facilitar o processo de compra e venda pelo crédito fundiário, conforme demonstrado por Ramos Filho (2008; s/d). Enquanto que as análises das aparências dos números da estrutura fundiária ocultam a permanência do monopólio familiar sobre a terra, no interior dos imóveis, as configurações territoriais explicitam a manutenção do domínio monopolizado através das formas de uso contíguo dos imóveis fragmentados e ausência de cercas de demarcação do que, supostamente, seriam terras de proprietários diferentes.

Ao incorporar a esta análise o tamanho médio por estrato de área, conforme Tabela 5 abaixo, verifica-se tendência à redução do tamanho médio dos imóveis considerados médios e pequenos e o aumento do tamanho médio daqueles do estrato acima de 1.000 ha. Estes resultados conduzem à refutação do discurso hegemônico da superação da concentração da terra em Sergipe.

**Tabela 5 – Sergipe – Variação da área média dos imóveis
1992-2011**

Estrato de área	1992	2011
Menos de 100 há	12,44 ha.	11,99 ha.
100 > 1.000 há	254,65 ha.	231,16 ha.
Mais de 1.000 há	1.761,54 ha.	1.852,24 ha.

Fonte: Sistema Nacional de Cadastro Rural (INCRA), Apuração especial realizada em 07/02/2011; DATALUTA Sergipe 2010 - Banco de Dados de Luta pela Terra, 2012. www.laberur.ufs.br. Org.: Eraldo da Silva Ramos Filho.

Uma constatação importante da análise dos dados apresentados até aqui é a do crescimento absoluto da área cadastrada das pequenas propriedades, em geral, da ordem de 522.052,7 ha. Este crescimento pode ter se dado pela ampliação da declaração de imóveis não declarados anteriormente, estimulados pelo crescimento da oferta de créditos para o setor familiar, compra de imóveis e políticas fundiárias.

Neste período, dois instrumentos fundiários orientados para as famílias sem terra foram adotados: o Programa Nacional de Reforma Agrária e o crédito fundiário. A primeira política fundiária arrecadou no período 159.763 ha. de terras consideradas, em sua maioria, latifúndios improdutivos. A segunda, com suas diferentes linhas de financiamento, no período 2001 – 2011, financiou a compra de parcelas de grandes e/ou médias propriedades, ou ainda médias propriedades inteiras consideradas produtivas, englobando 38.001 ha.

De modo que 197.764 ha. (37,88% da área incorporada à pequena propriedade) foram transferidos do estrato dos grandes e médios imóveis rurais através das políticas fundiárias redistributivas. Em que pese no período uma forte tendência à fragmentação da pequena propriedade, gerando acelerado processo de minifundização, cuja contribuição também tem se dado a partir do Programa de Reforma Agrária e do crédito fundiário, conforme debatido em Ramos Filho (2008; s/d).

Por fim, vale ressaltar que, diante desta tendência de minifundização, fragmentação da grande propriedade originando um setor médio numeroso e permanência da grande propriedade em Sergipe, o Plano Regional de Reforma Agrária de Sergipe (2004-2007) publicado pelo INCRA revelou a existência de 203.309 ha. de terras improdutivas em 2003, de acordo com a própria declaração dos proprietários. Portanto, um estoque de terras passível de ser desapropriado para beneficiar cerca de 13 mil famílias com a reforma agrária.

Tabela 6 – Sergipe – Imóveis improdutivos - 2003

UF	Número total de imóveis grandes (+ 15 módulos fiscais)		Áreas grandes em hectares	
	Total	Improdutivos	Total	Improdutivo
Brasil	111.495	54.781	209.245.470	120.436.202
Sergipe	439	285	315.161	203.309

Fonte: Adaptado do INCRA - Estatísticas Cadastrais, In: Proposta PRRA, 2003.

QUANTOS SÃO OS POTENCIAIS BENEFICIÁRIOS DA REFORMA AGRÁRIA EM SERGIPE?

Quando pensamos na existência de um quantitativo de sujeitos excluídos do acesso produtivo à terra que justifique a realização de um programa de reforma agrária no estado de Sergipe, a análise da estrutura fundiária, com o predomínio de minifundiários e tendência à franca minifundização, já é um argumento suficiente para a defesa da realização da reforma agrária no estado de Sergipe. Porém, este se trata apenas do segmento que já dispõe de acesso à terra, mesmo que em dimensões insuficientes para reprodução familiar com dignidade.

Há um setor de potenciais beneficiários que tem acesso precário à terra. O Censo Agropecuário 2006 é elucidativo na identificação destes sujeitos, uma vez que, registra a existência de 2.246 estabelecimentos que têm produtores sem área, ou seja, de acordo com nota técnica do IBGE, são trabalhadores de estabelecimentos rurais que cultivam/criam em parte do imóvel do produtor/proprietário/patrão, que podem ser somados aos 6.210 estabelecimentos com produtores na condição de ocupantes, 456 parceiros e 1.066 arrendatários, totalizando, aproximadamente, 9.978 sujeitos potenciais para a reforma agrária, cuja quase totalidade de sujeitos ocupam, arrendam ou realizam parceria em pequenos e médios estabelecimentos.

Segundo a direção estadual do MST Sergipe, atualmente há 10 mil famílias acampadas neste estado lutando por assentamentos de reforma agrária, algumas há mais de 15 anos, como as trabalhadoras e trabalhadores que reivindicam a desapropriação da Fazenda Tinguí, localizada em Riachuelo, e espólio da tradicional família Barreto.

Poderíamos contabilizar também, como público potencial para a reforma agrária, os milhares de trabalhadores volantes do agronegócio de diferentes sistemas agrários, como os dos canaviais e laranjais, cujo percentual diminuto beneficia-se de programas estaduais de transferência de renda na entressafra, como forma de evitar a mobilidade do trabalho para outras unidades da federação. Portanto, o público potencial para reforma agrária no estado de Sergipe ultrapassa facilmente as 100 mil famílias.

Contudo, o modelo de desenvolvimento territorial do campo, adotado pelo governo do estado de Sergipe, não consegue enxergar esta realidade e insiste em financiar o agronegócio concentrador, tenta promover a integração do campesinato à grande indústria e ao mercado capitalista, difunde junto à sociedade a falta de sentido de realização da reforma agrária, mecanismo para mascarar a desigualdade no campo, e para as trabalhadoras e trabalhadores que lutam por direitos, reserva a repressão e criminalização. Esta opção não somente tem bloqueado a recriação do campesinato, como também, intensifica a exploração, violência e expropriação.

A UNIDADE NA DIVERSIDADE POR UM MODELO DE AGRICULTURA CAMPONESA

As camponesas e os camponeses seguem sua longa marcha de resistência a este modelo e constroem cotidianamente alternativas de desenvolvimento e recriam as formas de luta política para impedir a sua destruição e garantir a sua recriação. Neste marco, nos dias 08,09 e 10 de agosto de 2012, realizaram a 1ª Conferência Camponesa do Estado de Sergipe, em caráter inédito na história do campesinato sergipano. Este extraordinário espaço de socialização política elaborou uma plataforma concreta de construção da unidade na diversidade para enfrentamento ao capital. E, como fechamento deste texto, remeto ao leitor as resoluções dos camponeses (ver Anexos 1 e 2), cujas palavras escritas Disponível em www.fct.unesp.br/nera

anunciam uma importante conjuntura política marcada pela unidade dos trabalhadores do campo para resistir às diferentes formas de destruição e subordinação da condição camponesa impostas pelo capital com suporte do Estado, e pelas lutas para conquistar a (re)criação do campesinato.

ANEXO 1



Nossa Senhora de Socorro (SE), 10 de agosto de 2012.

Nós representantes das organizações: MST, MPA, FETASE, MMM, MMTR/SE, MMC/SE, CDJBC, Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e Pela Vida, Quilombolas, Pescadores/as reunidas na I CONFERÊNCIA CAMPONESA DO ESTADO DE SERGIPE, com o tema TERRA, TRABALHO E ORGANIZAÇÃO SOCIAL DO CAMPESINATO, no Centro de Capacitação Canudos, no Assentamento Moacir – Quissamã, município de Nossa Senhora do Socorro, nos dias 08, 09 e 10 de agosto de 2012, declaramos nosso compromisso com:

Desconstrução do modelo capitalista do agronegócio que se apropria dos recursos naturais, como terra, água e biodiversidade, transformando o campo em uma área de especulação financeira de livres direitos para a classe dominante e excludente para a população camponesa.

O modelo de desenvolvimento adequado para os camponeses que é referenciado na construção de sua autonomia e soberania territorial, pautado no fortalecimento da Reforma Agrária, na valorização da Agroecologia aplicada pelos camponeses e na construção de um campo mais justo.

A bandeira contra o uso dos Agrotóxicos/Veneno e a denuncia dos danos causados tanto no meio ambiente, quanto na saúde humana. O modelo camponês desmistifica a falsa forma de produção defendida pelo agronegócio que tem destruído nossos solos, poluindo nascentes e comprometendo a vida nos diversos biomas.

A Educação do Campo, que tem como caráter uma educação voltada para a realidade do campo: na valorização dos conhecimentos e saberes e no despertar do senso crítico, ou seja, como participantes ativos no processo de formação do camponês.

Reafirmamos que continuaremos lutando por um modelo de agricultura camponesa inclusiva, onde todas as pessoas sejam valorizadas como sujeito de direito, considerando a diversidade cultural e de povos, de gênero, geração e com suas diversas especificidades, onde haja uma integração harmoniosa e respeitosa com a natureza.

ANEXO 2



Nossa Senhora de Socorro (SE), 10 de agosto de 2012.

Nós representantes das organizações: MST, MPA, FETASE, MMM, MMTR/SE, MMC/SE, CDJBC, Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e Pela Vida, Quilombolas, Pescadores/as reunidas na I CONFERÊNCIA CAMPONESA DO ESTADO DE SERGIPE, com o tema TERRA, TRABALHO E ORGANIZAÇÃO SOCIAL DO CAMPESINATO, no Centro de Capacitação Canudos, no Assentamento Moacir – Quissamã, município de Nossa Senhora do Socorro, deliberamos as seguintes propostas:

1. A legitimação do fórum permanente de articulação dos movimentos sociais do campo e construção do plano de lutas conjuntas: MST, MPA, MMC, MMTR, MMM, CDJBC, FETASE, QUILOMBOLAS, PESCADORES, INDÍGENAS, TERRITÓRIOS DA CIDADANIA e outros que vierem a se somar em favor da luta pelo campesinato sergipano.
2. Cada organização/movimento fazer o registro das lutas e suas memórias. Identificando e valorizando os “lugares de memória.”
3. Construir uma parceria entre a UFS/DHI e Fórum Camponês, para registrar a memória dos MSP’s camponeses.
4. Fazer parcerias com os o IFS Instituto Federal de Sergipe nos cursos de tecnologia de alimentos, agroindústria e agroecologia para o incentivo na produção e indústria agroecológica.
5. Desenvolver iniciativas que contribuam para reverter decisões judiciais que implicam no despejo das famílias assentadas.
6. Difusão do método que foi utilizado em Cuba – Camponês a Camponês. Como ferramenta de expansão da agroecologia e de repensar a assistência técnica dos Movimentos Sociais do Campo.
7. Propor parceria com a EMDAGRO para disseminar o método camponês a camponês na extensão rural de Sergipe.
8. Desburocratizar os processos de renegociação das dívidas, sobretudo, as securitizadas e assegurar linhas de créditos para que o agricultor(a) tenha condições de amortização das dívidas e cumprimento pelas instituições financeiras das resoluções e portarias conquistadas pelos camponeses(as).
9. Unificar as lutas dos Movimentos Sociais do Campo no estado e nacionalmente para combater o agronegócio.
10. Resgatar as sementes crioulas e a estratégia de bancos de sementes e incentivar a conservação da agrobiodiversidade dos camponeses(as) em bancos comunitários de sementes.
11. Identificar, sistematizar e difundir experiências camponesas que caracterizam enfrentamento ao modelo do agronegócio, oportunizando a troca de experiências entre os camponeses(as).
12. Difusão do filme “O veneno está na mesa” como ferramenta de agitação e propaganda contra os agrotóxicos e em favor da vida.

13. Referendar e difundir as ações da Campanha Nacional Contra os Agrotóxicos e em favor da vida, denunciar a questão do uso dos agrotóxicos (VENENO) como questão de saúde pública.
14. Mobilizar a base dos Movimentos Sociais do Campo para reivindicar as políticas de Educação do Campo e combater o fechamento das escolas na zona rural como bandeira de luta.
15. Propor políticas apropriadas e adaptadas para pequena agricultura, como a convivência com a seca e as tecnologias voltadas para a realidade dos camponeses(as).
16. Criar as condições de permanência da juventude do campo, garantindo acesso ao ensino superior, à geração de emprego e renda.
17. Afirmamos a importância da mulher e do debate do feminismo no campo que perpassa todas as organizações sociais, que se traduz no reforço a LEI Maria da Penha, inserção da na produção, acesso ao crédito e na luta política.
18. Apoiar a luta dos pescadores pela Industrialização e beneficiamento do pescado, assistência técnica adequada, bem como a luta pela unidade da organização dos pescadores/as como comunidades tradicionais.
19. Fortalecer a luta do movimento Quilombola pelo reconhecimento, legalização e titulação de seus Territórios.
20. Adotar o DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra como ferramenta de interpretação dos conflitos nos territórios camponeses de Sergipe.
21. Reforçar os programas de comercialização da Produção camponesa.
22. Lutar por uma legislação sanitária adequada e específica para a produção e comercialização da agricultura camponesa.
23. Lutar por uma Reforma Agrária popular como projeto de nação e desenvolvimento de justiça social no campo.
24. Massificar o debate e propor ações de denuncia contra a transposição do Rio São Francisco, a construção das hidrelétricas e usinas nucleares, como modelo inadequado para o campesinato.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORGES, Pompeu Accioly. **Os donos da terra e a luta pela Reforma Agrária**. Rio de Janeiro: CODECRI – IBASE, 1984.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05.10.1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acessado em 10 set. 2012.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. A expansão do agronegócio no campo de Sergipe. **Revista Geonordeste**, São Cristóvão, Ano 22, n. 2, p. 1 – 16, 2011. Disponível em: <<http://200.17.141.110/pos/geografia/geonordeste/index.php/GeoNordeste/article/view/223>> Acesso em: 10 set. 2012.

HARVEY, David. A teoria marxista do Estado. In: _____. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005, p. 75 – 94.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Agricultura familiar no Brasil e o Censo Agropecuário de 2006**. Brasília: [2007?].

_____. **Agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento local para um Novo Mundo Rural**. Política de desenvolvimento rural com base na expansão da agricultura familiar e sua inserção no mercado. Brasília, 1999. Disponível em: <<http://www.nead.org.br/index.php?acao=biblioteca&publicacaoID=24>> Acesso em: 01 fev. 2007.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO/SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE SERGIPE. **Plano regional de reforma agrária Sergipe (2004 – 2007)**. Aracaju, nov. 2004.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **Questão agrária atual: Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de reforma agrária e reforma agrária de mercado (2003-2006)**. Presidente Prudente, 2008. 410. Tese. (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita” – Campus de Presidente Prudente.

_____. **Movimentos socioterritoriais, a reforma agrária de mercado do Banco Mundial e o combate a pobreza rural: os casos do MST, CONTAG e MARAM**. Subordinação ou resistência camponesa. Buenos Aires: Conselho Latino Americano de Ciências Sociais – CLACSO-CROP, s/d.

SILVA, José Gomes da. **A reforma agrária no Brasil: frustração camponesa ou instrumento de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1971.